

O PESO DOS TRIBUTOS

Deficiências na estrutura jurídica, regulatória e institucional da economia brasileira dificultam a vida das empresas, o que afeta sua disposição em investir. São entraves de toda sorte, tornando alto o custo de fazer negócios nesse País. Na opinião de Costa (2006), o maior inibidor dos investimentos é um clássico vilão do mundo dos negócios: a parcela dos ganhos abocanhada pelos impostos.

De acordo com Pinheiro (2005), o Brasil embora com renda per capita de país sul-americano, tem uma carga tributária de país europeu. Portanto, é muito difícil ter investimento que se sustente. O autor em referência sugere como meta passar da atual carga tributária, de 36,5% para algo em torno dos 25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), o Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 (conjunto de metas que o Sistema Indústria propôs em abril de 2005 para si e para a sociedade) tem objetivo semelhante, a ser alcançado, progressivamente, em dez anos: a carga tributária reduzir-se-ia a 33% do PIB em 2007, 30% em 2010 para chegar a 27% em 2015.

Observa-se que o Brasil está perdendo competitividade para diversos países, a exemplo da China, Índia e o México. O próprio governo reconhece que os tributos exigem do país um esforço além do razoável. É perceptível para qualquer cidadão que o Brasil não pode seguir ampliando sua carga tributária, considerada bastante elevada para o nível de renda dos brasileiros. Não resta outra alternativa - senão criar condições para que se reduza o custo Brasil, ou seja, a carga tributária.

Frise-se que os pequenos ajustes efetuados pelo governo, como a eliminação da tributação em cascata que o PIS e a Cofins representavam, a redução de tributos sobre o investimento em infra-estrutura e sobre a poupança de longo prazo, bem como a correção de algumas distorções tributárias no sistema financeiro, ainda são tímidos, em razão do comprometimento do custo em tela.

Em pesquisa recente promovida pela CNI (2006), verificou-se que mais de 80% dos empresários vêem a carga tributária como principal entrave aos negócios. Ainda assim, o Banco Mundial entende que uma redução substancial só deverá ocorrer a longo prazo. Apesar de reconhecer avanços na gestão macroeconômica, obtidos a partir de meados da década de 90 - como a liberalização comercial, as privatizações, a erradicação da inflação crônica e o compromisso com a disciplina fiscal, a preocupação maior do mencionado organismo é com os gastos da administração pública.

Depreende-se dos estudos de Costa (2006) que o Banco Mundial considera que as reformas processadas pelo Brasil ainda não trouxeram o retorno esperado em termos de crescimento porque não foi dada toda a atenção necessária aos entraves microeconômicos que, segundo esse autor, deterioram o clima de investimento. O banco em questão propõe o aprofundamento de reformas em cinco áreas: acesso e custo dos financiamentos; governança, incluindo o combate à corrupção; infra-estrutura que afeta a produtividade das empresas; tecnologia e inovação; e, leis trabalhistas.

Corroborando as considerações do Banco Mundial, José Guilherme Reis, assevera que o Brasil vai precisar tanto de investimentos públicos quanto privados para melhorar seu perfil de infra-estrutura e, “[...] para atrair o setor privado num momento de baixo apetite por investimentos em infra-estrutura na região, será necessário oferecer um ambiente de regulação mais propício” (2006, p. 31). Acrescenta, ainda, Reis que “o país não vai atrair investimentos se as regras não forem muito claras e perenes” (2006, p.32).

Pergunta-se então: até quando o cidadão brasileiro, o empresário, principalmente o de micro ou de pequena empresa vão suportar essa carga tributária? É justo o que a população vem sofrendo? Como entender essa relação custo x benefício? Com a palavra os dirigentes da área econômica e do Banco Mundial!